

Comissão consultiva constituída pela Reitoria da UFRRJ elabora proposta para REUNI

*Apesar de sugerir uma "construção contra-
hegemônica" (sic), o texto aceita integralmente
metas de ampliação de vagas exigidas pelo
governo e propõe ações que irão comprometer
irreversivelmente a qualidade acadêmica na Rural*



**Assembléia da ADUR-RJ
aprova indicativo de
greve sem data**

página 7



CONVOCAÇÃO Assembléia Geral da ADUR-RJ

Dia 11/10/07, às 9h, no Salão Azul

Pauta:

- 1) Avaliação da Conjuntura Nacional.
- 2) Gestão financeira dos planos de saúde.
- 3) Assessoria Jurídica.
- 4) Assuntos Gerais.

PARTICIPE!!

CONVITE: DIA DO PROFESSOR

Felicitemos aos professores, que resistem bravamente às adversidades cotidianas e às constantes tentativas de desqualificação da sua profissão, para saudá-los pelo dia 15 de outubro.

Parabéns àqueles que insistem nesta árdua e gratificante tarefa de ser educador no Brasil.

Compareça à sede da ADUR-RJ dia 15 de outubro, segunda-feira, a partir das 9h, para nossa confraternização.

Ofereceremos aos docentes um delicioso café-da-manhã.

Esperamos por você!

REUNI, o cavalo de Tróia do MEC

Por Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro, Professor da UnB

Episódio bem conhecido na literatura, em famosa passagem da *Ilíada* de Homero, a conquista de Tróia, sitiada pelos gregos, culminou com a vitória destes, após um hábil stratagem. Um grande cavalo de madeira, colocado às portas de Tróia, abrigava muitos soldados gregos em seu interior, escondidos de seus inimigos. Inicialmente visto como uma oferta, como sinal de rendição dos seus adversários, fora introduzido na cidade, pelas próprias mãos dos troianos. À noite, o “presente” ganha vida; os soldados escondidos abrem os portões e permitem, assim, a completa invasão de Tróia, que sucumbe ante o poderio dos exércitos inimigos. Nada mais a fazer; a rendição tornara-se inevitável.

Se o descrito acima foi real ou não, há muitas controvérsias. Contudo, uma leitura dos acontecimentos recentes, a partir da publicação do chamado REUNI – Programa para a “Reestruturação e Expansão das Universidades Federais”, parece reeditar o episódio narrado por Homero. O presente deixado às portas das universidades públicas são os “fartos recursos” disponibilizados para as mesmas, que, numa situação de grande penúria e ameaças – na linha da cidade sitiada pelos gregos, para ficarmos nessa paródia – são tentadas a aceitar. Afinal, teria o MEC se rendido aos insistentes apelos das Instituições Federais de Ensino Superior? Teria chegado, enfim, o ocaso das longas noites dos “pires nas mãos”, em que as universidades públicas, cansadas de tanto esmolar do Governo Federal, passariam a viver num novo vergel?

Qual nada. É preciso desvelar, antes que seja tarde e a rendição total. O momento é grave. E o engodo precisa ser compreendido, em toda a sua dimensão.

Para isso, é preciso ter muito claro o que vem junto com tão alardeado “presente”, que tem motivado, inclusive, pessoas sérias, em nosso meio acadêmico. Afinal, como deixar de concorrer a tão expressivos recursos? Perguntam-se muitos de nós. Como não aceitar a expansão de vagas? Como não melhorar

nossos currículos? E assim por diante. É porque tudo isso é muito auspicioso, que somos levados a acolher o “presente”. Muito compreensível, por essa linha de abordagem, alguns apoios concedidos a tal proposta do MEC.

No entanto, há muito mais em jogo. A questão é: o que vem junto com tudo isso? O que se esconde nas entranhas de proposta aparentemente tão oportuna e alvissareira? Que inimigos estariam ali infiltrados?

Para responder a tais questões, começo com outra. Prezado colega, você faria qualquer coisa por dinheiro? Certamente que não, muitos de nós diríamos. Embora, cá entre nós, outros tantos de nós o fariam, e já o fazem. Cito: usar de uma triangulação, digamos do CNPJ de uma unidade da instituição, mediante a atuação desta, para auferir benefício pessoal, ou para vender consultoria, em detrimento do tempo que deve ser dedicado ao ensino e à pesquisa, sem o conhecimento do centro, departamento, faculdade ou instituto, onde o docente está lotado. Falo em tese, mas muitos de nós sabemos que isso é prática corrente. E não há novidade nisso, pois há várias denúncias públicas a esse respeito. Inclusive o questionamento, em razão desses fatos, do importante instituto da “dedicação exclusiva”. Então: há muito dinheiro envolvido, hoje, em torno, e circulando nas universidades públicas brasileiras. Mas eles não confluem para os destinos corretos, não geram melhoria da qualidade do ensino, tampouco das condições de trabalho. E nos perdemos, institucionalmente, em intensas competições internas e externas, criando “ilhas de excelência” (muitas vezes restritas a um ou outro docente, individualmente), ao lado de extensos campos de miséria e abandono. Realidades díspares, sob os olhares, no mínimo, omissos de quem nos dirigem.

Afinal, bem vinda a capacidade de captar recursos, diriam muitos. Mas, para não perder o foco, acredito que muitos de nós estão profundamente incomodados com esse estado geral de anomia, um descontro-

le generalizado, escondido sob o disfarce do chamado “marketing”. Tudo isso, em clara ameaça à qualidade da vida acadêmica, do ensino, da pesquisa e da extensão. Os benefícios apregoados em tais práticas são no mínimo residuais para o futuro de nossas universidades públicas.

E por que não se abre tal discussão? Por que a reitoria da UnB não coloca esse tema (da captação e distribuição interna de recursos) – tão importante, para o bem ou para o mal – em nossas pautas dos conselhos superiores, ao invés de apresentar, pura e simplesmente, inúmeras planilhas, que poucos as entendem?

A julgar pelo que temos visto, a adoção ao REUNI (na velocidade em que tem se dado na UnB) sem o devido aprofundamento desses assuntos, é, no mínimo, semelhante a trazer o cavalo de Tróia para dentro dos muros da cidade sitiada.

O inimigo está ali, escondido, afoito por tomar conta do que ainda resta de positivo em nossas instituições: a nossa inegociável AUTONOMIA. É essa a ameaça velada, escondida no REUNI: a perda de nossa autonomia, garantida constitucionalmente, legado de longas batalhas.

Perderemos autonomia, em troca de dinheiro. Perderemos autonomia, na medida em que estaremos sucumbindo a uma política de expansão de vagas, SEM O DEVIDO CONHECIMENTO DOS IMPACTOS QUE MUDANÇAS TÃO PROFUNDAS TRARIAM PARA O NOSSO COTIDIANO ACADÊMICO (em termos, inclusive, de jornadas de trabalho). Na medida em que não discutimos e garantimos bem estes aspectos, centrais, como a qualidade da formação de nossos futuros profissionais, em nome de uma necessária composição de recursos financeiros, estamos abrindo mão de nossa autonomia. E aí, prezados colegas, quando isso já estiver comprometido, nada mais poderemos fazer, a não ser cumprir ordens e seguir, como vassallos, os novos suseranos. A rendição teria se completado.

Expediente

Adur Informa é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seção Sindical do ANDES-SN

Associação dos Docentes da UFRuralRJ. Endereço: Rod. BR 465, Km 7 – Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ). **CEP:** 23.851-970 – **Caixa Postal:** 74.537

Telefax: (21) 2682-1379 - **Tel.:** (21) 3787-8464. **E-mails:** adurj@adur-rj.org.br ou imprensa@adur-rj.org.br. **Conselho Editorial:** Professores Celia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado e Luis Mauro S. Magalhães. **Redação, edição e diagramação:** Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb). **Fotolito e impressão:** Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** 2 mil exemplares

Espetáculo do crescimento ou do contingenciamento?

Por Carolina Barreto

Estudante da ECO/UFRJ e integrante da Frente de Luta contra a Reforma

Universitária (Artigo publicado no Portal da ADUFRJ)



No último dia 24 de abril, o governo federal instituiu por decreto o chamado Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, mais conhecido como REUNI, no bojo do PDE. Uma leitura superficial do texto do decreto presidencial poderia levar a crer que se trata de uma medida progressista, uma vez que o programa aponta como diretrizes “a ampliação do acesso e permanência na educação superior”, a criação de cursos noturnos e a ampliação das políticas de assistência estudantil. Como nem tudo o que parece é, uma leitura mais atenta desfaz rapidamente essa falsa impressão.

Vejamos: na verdade, o REUNI parte de uma falsa premissa, expressa logo no seu primeiro artigo. Na medida em que fala no “melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”, o decreto parte do pressuposto - errôneo, diga-se de passagem - de que os problemas hoje enfrentados pelas universidades públicas são decorrentes da

ineficiência na gestão dos recursos de que estas dispõem. Na verdade, as universidades públicas vêm sofrendo há mais de uma década com o sucateamento decorrente dos sucessivos cortes de verba na educação. Logo, não se trata de ineficiência na gestão dos recursos, mas sim de insuficiência crônica destes.

O decreto-Lei apresenta como metas a serem atingidas pelas universidades no prazo de cinco anos a quase duplicação do número de estudantes matriculados na graduação e a elevação da taxa de conclusão média dos cursos para 90% (provavelmente através da

implementação de uma variante da odiada aprovação automática). Os recursos adicionais a serem disponibilizados para a execução desse verdadeiro “espetáculo do crescimento” estão limitados à mísera quantia de 20% do atual orçamento das universidades. Pior: segundo o texto do próprio decreto, “o atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação”. Em outras palavras, o que se pretende é praticamente dobrar o número de vagas existentes nas universidades com recursos que podem chegar a 20% de um orçamento já bastante deficitário (esses recursos podem nem chegar, dependendo da capacidade orçamentária do MEC).

Como se não bastasse, ao colocar como uma de suas diretrizes a “diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada”, o decreto abre uma margem muito grande para a implementação do Projeto Universidade Nova, que

tem no reitor da UFBA seu grande garoto-propaganda. O principal cerne desse projeto é a implementação de bacharelados interdisciplinares em áreas genéricas na graduação, como “Humanidades” ou “Tecnologias”. Ao final de dois ou três anos, o estudante ganha um diploma nesse curso genérico e, caso deseje continuar seus estudos para ter uma formação profissional de verdade, terá de passar por uma espécie de segundo vestibular, agora já dentro da universidade. Na prática, o que se pretende é transformar a universidade pública num grande escolão de formação de mão-de-obra barata para um mercado de trabalho cada vez mais desregulamentado. Tudo bem de acordo com o papel de produtor de gêneros agrícolas e commodities que o Brasil desempenha hoje na Divisão Internacional do Trabalho!

O REUNI se impõe às universidades através de um mecanismo bastante cretino: o da chantagem financeira. No contexto de pindaíba generalizada em que as instituições públicas de ensino superior se encontram, logo surgem diversas propostas de adequação ao decreto, inspiradas num pseudo-pragmatismo de ocasião. Na UFRJ as coisas não são diferentes, conforme se pode notar pelas recentes movimentações da reitoria.

A verdade é que o REUNI se apropria de diversas bandeiras históricas dos movimentos sociais da educação (ampliação de vagas, cursos noturnos) para seguir aplicando a política de desmonte da educação pública, consagrada, sobretudo no projeto de Reforma Universitária do Governo Lula. É preciso resistir a mais esse ataque. Vale dizer que essa resistência já vem acontecendo, conforme demonstram as ocupações promovidas pelos estudantes nas reitorias da UFRJ e UFJF. Devemos nos preparar para travar no segundo semestre mais um duro combate em defesa da universidade pública.

Mais de 150 estudantes da UFRJ se reuniram em 27/9 no campus da Praia Vermelha da UFRJ para se manifestarem contra o Reuni. Com apitos, tambor e faixas de repúdio às reformas do governo e da reitoria, os alunos realizaram uma passeata em torno do campus que parou as avenidas Venceslau Brás e Pasteur. Os manifestantes exigem que a reitoria faça um plebiscito oficial sobre o Reuni o mais rápido possível. O movimento estudantil afirma ter coletado mais de 5 mil assinaturas a favor da iniciativa, que não chegou a ser discutida pelo Consuni de 13 de setembro, pois os conselheiros não incluíram o tema na ordem do dia.

100% de aumento de trabalho e 0% de aumento de salário. Diga NÃO ao REUNI porque ele prevê:



1) Ampliação do acesso sem aumento das verbas:

O Plano Nacional de Educação indicou o aumento de vagas no ensino superior público, mas também a destinação de 7% do PIB para a educação. Os 7% foram vetados por FHC, e Lula continua aplicando apenas 3,5%, mas quer aumentar as vagas.

Os recursos previstos no REUNI para todas as universidades federais são de apenas R\$ 2 bilhões em 5 anos, mas com a manutenção da DRU – Desvinculação das Receitas da União, o Governo retém cerca de R\$ 5 bilhões, por ano, que deveriam ser destinados à educação.

A liberação de recursos será feita em parcelas, DEPENDENTE da avaliação do cumprimento dos critérios e metas estabelecidas no decreto do REUNI, no prazo determinado, conforme Termo de Compromisso (visão gerencial). **Mesmo que as metas sejam cumpridas, nada assegura que os recursos existam ou sejam liberados**, pois o decreto limita-os ao orçamento do MEC.

Cerca de 30% dos recursos previstos para investimento e 70% dos de custeio e pessoal têm desembolso programado para o próximo governo, ou seja, não têm garantia de liberação, mas os novos alunos já terão entrado.

O PAC (Plano de Aceleração de Crescimento), por meio do Projeto de Lei

Complementar 01/07, impedirá qualquer ajuste no salário do funcionalismo até 2016 e praticamente impossibilita a contratação de novos docentes e funcionários técnico-administrativos.

2) Heteronomia no lugar da autonomia:

Possíveis recursos são CONDICIONADOS à

obrigatoriedade de seguir as diretrizes e atingir as metas estabelecidas pelo REUNI: aumento da relação aluno professor para 18 por 1 e da taxa média de conclusão para 90%, em 5 anos.

Isto implicará no aumento do ingresso nos cursos de graduação entre 70% e 300% na maioria das universidades federais, levando à precarização do trabalho docente e à deterioração da qualidade do ensino, além de impossibilitar o desenvolvimento da pesquisa, produção bibliográfica, orientações e atividades de extensão.

O REUNI está regulamentado por um decreto, duas portarias e por um documento do MEC contendo as diretrizes. Todos esses instrumentos podem ser modificados, a qualquer momento, como já aconteceu com a portaria e o documento das Diretrizes, implicando em alterações nas obrigações das universidades para atingir as metas.

3) Término ou limitação da Dedicção Exclusiva para professores-pesquisadores nas Universidades Federais, com efeitos diretos no ensino, na pesquisa e na extensão:

A ampliação da matrícula de alunos tem como objetivo fazer com que a universidade atinja a meta de 18:1, sem ampliar o seu quadro docente, transformado em banco de professor-equivalente. É dentro desse banco que as universidades federais terão “autonomia” para contratar.

Com a maior entrada de alunos, a tendência é a própria universidade substituir gradualmente docentes em DE (que valem 1,55) por docentes de 40 horas (que valem 1,0) – até o momento, um regime de caráter excepcional – ou por docentes de 20 horas (que valem 0,5). Importante lembrar que, como consequência, dois professores DE podem ser substituídos por 6 de 20 horas, ou 3 de 40 horas.

Essa mudança no perfil docente afetará enormemente a capacidade de desenvolvimento de pesquisa nas universidades federais.

Qualquer contratação de docente acima do banco de professores equivalente, que seja autorizado pelo governo, implicará na entrada de mais alunos para recompor a meta de 18:1.

4) Preocupação com números e metas e não com a qualidade do ensino:

Não há preocupação real com a questão da evasão, desde que a taxa de 90% de conclusão média seja atingida.

O aluno concluinte não será necessariamente aquele que entrou por vestibular na universidade federal; pode ser um que venha de uma instituição privada e seja admitido na universidade pública por transferência, no meio ou no final do curso. Está indicada também a maquiagem dos “concluintes”, tomando-os por diplomados, o que inclui diplomação múltipla do mesmo estudante.

Isto pode transformar as universidades em instituições com cursos de formação rápida, parecidas com os community colleges existentes nos Estados Unidos, que expedirão para a grande maioria dos estudantes apenas diplomas intermediários. Haverá, ainda, uma pressão burocrática

para aumentar a aprovação, o que pode afetar a qualidade da educação.

Há a intenção de ampliar vagas no ensino de graduação, com novas modalidades de cursos de menor duração e/ou sem profissionalização, em detrimento de uma educação de caráter universitário, pautada na indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, com professores-pesquisadores.

5) Forte segmentação das Universidades Federais, aumento da desigualdade regional e mudança da função das Universidades:

As universidades e unidades que ainda não alcançaram uma pós-graduação forte, em nível de doutorado, e bem avaliada pela CAPES (6 ou 7), se distanciarão ainda mais da possibilidade de algum dia vir a tê-la, já que terão que atender a número maior de alunos na graduação do que as com pós-graduação forte. Isto afetará decisivamente as universidades fora do eixo Sul-Sudeste.

A partir do REUNI, 80% das Universidades Federais serão meros escolões de 3º grau.

Os outros 20% serão centros de excelência, majoritariamente nas regiões sul e sudeste.

FONTE: Panfleto do ANDES-SN



É assim que se faz gestão participativa?

Na UFRRJ, Comissão Consultiva nomeada pelo Reitor apresenta proposta para o REUNI. No entanto, não houve debate com a comunidade universitária, conforme calendário previsto anteriormente. ADUR-RJ critica documento, apontando aspectos que são prejudiciais à Universidade Rural

A Reitoria constituiu Comissão Consultiva sobre o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, pela portaria nº 416 de 16 de agosto de 2007. Compete a esta Comissão: “a) organizar a estrutura e o cronograma de debates a serem promovidos na UFRRJ sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI; b) coordenar a realização e registrar o conteúdo dos debates, respeitando os prazos estipulados pelo MEC; c) sistematizar o conteúdo dos debates, formulando a proposta a ser encaminhada para apreciação do Conselho Universitário”.

A Administração Superior da Universidade Rural divulgou, com devida antecedência, um cronograma de trabalho, que estipulava o período de 17 de agosto a 17 de setembro para a formulação do documento base pela Comissão. Os debates e encaminhamentos deveriam acontecer entre 18 de setembro e 05 de outubro, mas não foram realizados.

AADUR-RJ, o SINTUR e o Diretório Acadêmico de Educação Física da UFRRJ têm insistido para que ocorra um amplo debate, de fato, envolvendo os três segmentos da Universidade, divulgado com antecedência suficiente para que todos os setores da UFRRJ possam participar.

Recentemente, contudo, a referida Comissão elaborou uma proposta, um plano de ex-



pansão para a UFRRJ, nos moldes do que determina o decreto do governo federal. AADUR-RJ, em posse do documento, elaborou uma análise, distribuída aos presentes na última assembleia da Associação.

Algumas considerações a respeito da Proposta do Reuni na UFRRJ:

Primeiramente, cabe destacar quais são as chamadas “cláusulas pétreas” do REUNI do MEC: a) relação de 18 alunos por professor (RAP); b) 90% dos alunos que ingressam na universidade devem concluir o curso no prazo estabelecido; c) reestruturação curricular, “de forma a evitar a profissionalização precoce”, com saídas intermediárias, e redução da carga horária de alguns cursos.

Ora, para atingir a estas metas, de acordo com os números do próprio MEC, a UFRRJ terá que ampliar ainda mais seu quadro de

vagas, pois, a matrícula projetada na graduação, em 2005, era de 8527. Agora, haverá um acréscimo de 4885, para chegar a 13412 matrículas projetadas ao final do Reuni. Isso significa o crescimento de 57,28%. A proposta da Rural assume a necessidade de crescimento de 43,10%, enquanto cálculos desenvolvidos pela ADUR apontam para 46,67%. Como se vê, os números não são precisos.

Mas, o que importa é que, para atender às exigências impostas pelo governo, este crescimento tem que acontecer para: a) ampliar, no mínimo, em 20% a oferta da graduação em todas as instituições que aderirem ao REUNI; b) atingir a relação de 1 professor para 18 alunos. Continuando o raciocínio, para a Rural atingir uma das metas pétreas do REUNI, ela terá que aumentar o número de alunos, mantendo o mesmo número de docentes estipulado no quadro de Professor Equivalente. Se ampliar o número de alunos e contratar mais professores, a relação de um 1 docente para 18 estudantes não será atingida. E a UFRRJ tem que oferecer um acréscimo maior que os 20%, exatamente para atingir essa meta específica, que na Universidade está em 13,73 (dados do MEC).

Dessa forma, afirmar que vai contratar mais professores a partir do REUNI não se sustenta, pela própria filosofia do Programa. No

Pará também contesta REUNI

Como parte do calendário de mobilizações, os docentes da Universidade Federal do Pará (UFPA) paralisaram suas atividades no dia 28 de setembro, no período da manhã, para participar do debate “REUNI: sim ou não?”, promovido pela Reitoria da Universidade. A paralisação da categoria docente foi definida em assembleia geral da ADUFPA, e foi um protesto contra a implantação do REUNI na Universidade. Conforme a diretoria da ADUFPA, os docentes são a favor da expansão das vagas do ensino superior desde que o aumento da oferta não comprometa a qualidade da educação oferecida aos estudantes.



Entanto, o documento proposto pela Comissão Consultiva, nomeada pelo Reitor da Universidade, afirma ter como um de seus fundamentos a “compreensão de que somente se pode expandir com contratação efetiva de pessoal docente e técnico-administrativo, como também, sem a exploração e sobrecarga de trabalho das categorias em questão”. A contradição desta Comissão Consultiva é, portanto, muito evidente, e talvez esteja aí incluída para convencer aqueles que não se debruçaram sobre os documentos que fundamentam a proposta do MEC, de que o REUNI pode ser bom para a Universidade Rural. Isto é uma falácia. O REUNI não é bom para as Universidades Federais brasileiras porque promove o inchaço das salas de aula e não prevê a contratação de profissionais – docentes e técnico-administrativos. Qualquer crescimento ou projeto de expansão tem quer fundamentado no entendimento de que é preciso haver maior contratação de pessoal. Além disso, para crescer, a UFRRJ deve estabelecer onde e em que áreas. A Comissão consultiva propõe abertura de novos cursos nas seguintes áreas: a) Humanas (licenciatura, principalmente noturno) e b) Saúde (Biomedicina, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Psicologia). Cabe, aqui, perguntar: Como foi feita esta escolha? Baseada em quais critérios?

Além disso, foram também apontados os cursos com alta demanda que deverão abrir novas vagas: História, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Florestal, Geologia, Engenharia Química e Ciências Biológicas. Outros cursos “não apresentaram uma demanda que justifica um aumento muito expressivo de vagas”: Veterinária, Agronomia, Zootecnia e Administração. A partir de quais critérios chegou-se a essa conclusão?

Já que o documento não esclarece quais os critérios adotados, algumas inferências podem ser adiantadas. A educação, que sempre foi periférica na Rural, ficará com a maior carga de trabalho (licenciaturas). Aumento no número de cursos, de turmas, de alunos, etc. Todas as licenciaturas têm uma grande carga horária de formação pedagógica, oferecida pelos Departamentos de Teoria e Planejamento de

Ensino e Psicologia. Os professores desses Departamentos já contam com uma sobrecarga considerável de trabalho. O Instituto de Educação já não comporta o número de turmas em vários dias da semana. No entanto, não estão previstas obras ou ampliação do IE, somente ampliação do trabalho docente. Há, sim, a previsão de construção de um “pavilhão específico para o Curso Pré-Vestibular, com salas adequadas e infraestrutura multimídia”, e de um “Pavilhão de Aulas” para as turmas de alunos do primeiro semestre (Bacharelado Interdisciplinar?). Para os Institutos que ampliarão o número de alunos e turmas, nada está previsto.

Reestruturação Acadêmico-curricular

No que se refere ao item Reestruturação Acadêmico-curricular, o diagnóstico deveria ter contemplado uma análise mais aprofundada dos fatores que originaram os problemas apontados. Faltou um aprofundamento dos nossos problemas estruturais e das políticas públicas que sustentam o quadro atual. Mas, talvez, se isso tivesse sido feito, a Comissão poderia ter concluído que não deveria ter elaborado um projeto para ingresso da Rural no REUNI. Neste item, são usadas generalizações, análises superficiais e discursos tirados do senso comum, sem nenhuma preocupação com o embasamento das afirmações ali contidas, sobretudo quando olhamos, de fato, para a nossa própria realidade, pois a UFRRJ precisa sim de investimentos. Porém, o desejo por tentar captar mais recursos não pode ser maior do que o nosso COMPROMISSO com uma Universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Cabe lembrar que a reestruturação curricular é uma das metas do REUNI. É preciso, segundo a Comissão Consultiva, evitar a profissionalização precoce, ou seja, o aluno que entrar na universidade pública federal faz, de início, um curso generalista (bacharelado interdisciplinar), para depois ser selecionado, de acordo com o seu aproveitamento, para o curso profissionalizante (a proposta da Rural prevê que isso se dará primeiro nas Engenharias). A quem interessa isso?

Vamos refletir mais um pouco sobre o assunto. Na época da Ditadura Militar, surgiu uma lei (5692/71) que interferiu de cima para baixo nos currículos do ensino médio, que se transformou, na época, em 2º grau. Todos os currículos de 2º grau tiveram que assumir uma considerável carga horária do ensino profissionalizante e se transformar

em cursos técnicos. As instituições públicas -- que na época eram as mais procuradas pelos estudantes -- foram obrigadas a implementar o novo currículo. As privadas deram um jeito: mantiveram seus currículos propedêuticos e incorporaram, na prática, pouco ou quase nada da educação profissional. Conclusão: a reforma curricular obrigatória destruiu o ensino médio público e abriu todas as portas para o ensino médio privado. Acontece que, depois do ensino médio, os alunos preparam-se para tentar uma vaga em uma universidade pública. As instituições privadas não são a primeira opção dos estudantes.

As Instituições Públicas de Ensino Superior são, portanto, a nova “pedra no meio do caminho” dos empresários da educação. Com os novos currículos, incluindo bacharelados interdisciplinares, a universidade pública fica menos atrativa para um grande número de discentes, que se dirigirão às instituições privadas. A obrigatoriedade de 90% de concluintes instituirá quase uma aprovação automática, se considerarmos os índices de evasão, aproximando a universidade federal, cada vez mais, da realidade das instituições privadas.

Um outro ponto a considerar é que, dentro da mesma instituição, serão formadas ilhas de excelência, constituídas pelos cursos de maior prestígio que serão, logicamente, preservados. Esses cursos não terão aumento de vagas de ingresso, para que seus docentes possam ter tempo suficiente para pesquisa e cursos de pós-graduação *strito sensu* (Mestrado e Doutorado). Com isso, não se pretende mais que cada professor atue através do tripé ensino/pesquisa/extensão, e que, em última análise, é o que garante a qualidade diferenciada da universidade pública. Ao invés disto, se passa cada vez mais a ter o ensino e a pesquisa em “nichos” especializados dentro da instituição. O documento proposto pela Comissão Consultiva da UFRRJ torna isto mais agudo para a nossa instituição.

Assistência Estudantil

Outro item interessante de análise é aquele que diz respeito aos estudantes e à Assistência Estudantil. Além de instituir oficialmente o sistema de cotas ao longo do primeiro ano de implantação do REUNI, sem uma discussão mais aprofundada do tema, o que está prometido aos estudantes é literalmente fantástico! Recuperação e ampliação dos alojamentos; oferta gratuita de residência estudantil a pelo menos 20% do corpo discente; construção de um pré-

diário para sediar o centro de convivência; reforma do Restaurante Universitário; aumento de 100% no número de bolsas de alimentação, de monitoria, do PIBIC e PROIC, até 2008; reforma e ampliação do ambulatório médico e odontológico; contratação de médicos e odontologistas; reforma das dependências de práticas desportivas, dentre outros. Parece o caso daquela instituição que resolveu criar um curso de oceanografia com o dinheiro do REUNI e, feitas as contas, na carta consulta ao MEC, descobriu que o montante de dinheiro não dava nem para construir o casco da embarcação-escola. É mais ou menos isso. O problema é prometer muito mais do que a verba minguada e sem correção do REUNI pode bancar, para conseguir apoio dos mais desavisados.

Para finalizar, é importante reforçarmos que somos a favor das revisões constantes dos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação, da ampliação de oferta de vagas, da redução da evasão escolar, da ocupação das vagas ociosas da ampliação da assistência estudantil. Mas consideramos que todas essas coisas se constituem em obrigação da Universidade, independente de assinar ou não um contrato de gestão. A autonomia se constitui, portanto, na possibilidade de cada instituição traçar seus próprios caminhos e não na obrigatoriedade de seguir fórmulas prontas que interessam mais a uns do que a outros. Somos favoráveis, principalmente, à ampliação constante da qualidade que envolve a capacitação docente (não abordada no REUNI), à reforma estatutária e regimental que poderá dar uma feição mais moderna e democrática à UFRRJ.

Queremos debater

E, por falar em democracia, quando ocorreu o “amplo debate da comunidade acadêmica” a respeito do REUNI? Mesmo que comece agora, no curto espaço de 20 dias, nunca teríamos o amplo debate que uma reforma estrutural como essa mereceria. Amplo debate pressupõe ouvir os três segmentos que compõem a comunidade universitária e isso é o mínimo que se poderia exigir da atual Reitoria, que se elegeu sob o mote da “gestão participativa”.

Por que não ouvir os três segmentos da Universidade? Propomos ainda algo mais concreto para a nossa instituição democrática: a realização de uma rodada de debates e de um plebiscito, envolvendo TODA a COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA, porque este assunto diz respeito ao coletivo e não somente a Administração Superior da UFRRJ.

Assembléia da ADUR-RJ aprova indicativo de greve sem data

No dia 3 de outubro, a ADUR-RJ realizou uma assembléia com seus associados no Salão Azul. A pauta era: 1) Indicativo de greve; 2) Gestão financeira dos planos de saúde; 3) Formação da Comissão Eleitoral para eleição de Diretoria e Conselho de Representantes da ADUR-RJ, gestão 2007/2009; 4) Assuntos Gerais.

Os professores Francisco de Assis da Silva, Celia Regina Otranto e Lenir Lemos Furtado Aguiar conduziram os trabalhos. Eles prestaram informações sobre as atividades que têm sido realizadas pelo ANDES-SN como tentativa para que o governo sinalize um reajuste salarial da categoria. Explicaram que tem havido reuniões dos representantes do Sindicato Nacional com o governo, mas, que até o momento, não houve nenhum avanço durante as negociações.

Os docentes também realizaram análise de conjuntura, expressando sua preocupação com os decretos do governo que interferem no funcionamento das universidades públicas federais. Dentre eles está o REUNI, muito criticado pelo movimento sindical em todo o país. A Diretoria também apresentou sua opinião, distribuindo um texto explicativo sobre o REUNI e os malefícios que ele pode ocasionar para as IFES.

Criticou também a postura da Reitoria, que constituiu Comissão Consultiva para elaborar uma proposta de REUNI para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A ADUR-RJ

criticou o fato de a comunidade universitária ter sido alijada do processo de discussão, hoje restrito apenas aos órgãos colegiados da Universidade.

A Associação de Docentes pronunciou-se contra o REUNI e contra a metodologia adotada pela UFRRJ para conduzir a implementação de um plano de expansão para esta Universidade, sem levar em conta o que pensam os três segmentos da instituição, que se fazem representar pela ADUR-RJ, SINTUR e DCE. Também apresentou crítica detalhada e fundamentada sobre o documento produzido pela Comissão, que está disponível para consulta no site da ADUR-RJ (www.adur-rj.org.br).

Em relação ao primeiro ponto de pauta, os professores deliberaram pela aprovação do indicativo de greve dos professores da UFRRJ, mas ainda não há data definida para a deflagração desta.

O debate sobre a gestão dos planos de saúde foi remetido para a próxima Assembléia da Associação Docente.

Foi aprovada também a Comissão Eleitoral que conduzirá o processo que elegerá os novos membros do Conselho de Representantes e os candidatos à diretoria da ADUR-RJ, gestão 2007/2009. Os professores Jorge Jacob Neto e Adail Castro Filho manifestaram o desejo de participar da Comissão Eleitoral, e seus nomes foram aprovados pelos presentes. O calendário para inscrição das chapas, realização de debates e votação será divulgado em breve.

Setor das IFES mantém indicativo de greve e cobra atitude do governo

Nos dias 6 e 7 de outubro, representantes de várias seções sindicais do ANDES-SN participaram da reunião do Setor das Federais, em Brasília. Estiveram presentes professores de várias associações de docentes. Da base do ANDES-SN, dez AD's aprovaram indicativo de greve sem data, 6 aprovaram o indicativo de greve para 15 de outubro, e duas entrarão em greve no próximo dia 30.

A ADUR-RJ foi representada pelo Prof. Delson Lima Filho, que avaliou que o encontro foi proveitoso. "O ANDES-SN entende que o REUNI e a Campanha Salarial deste ano são os dois pilares para a construção da greve. Dia 23/10 foi anunciado como data limite para negociação com o governo. O Sindicato Nacional espera uma proposta concreta do MEC e tem pressionado o governo federal", disse o docente.

O grupo elaborou um texto chamado: "*O Movimento Docente resiste e avança na luta pelos direitos dos professores e na defesa da universidade pública!*" (**ele pode ser lido na íntegra no site do ANDES-SN - www.andes.org.br**).

O texto denuncia a precarização do trabalho docente e o descaso com as Universidades Públicas. Afirmam ainda, que a partir da avaliação da atual conjuntura, o Setor das Federais "entende que é fundamental romper a tática do governo de reuniões sucessivas sem apresentação de contrapropostas à pauta do Sindicato. Para tanto, o setor considera que é imperativo que o movimento obrigue o governo a acelerar as negociações. Isto exigirá um esforço concentrado dos docentes em todas as seções sindicais, com a participação em assembléias, atos e atividades que reforcem o movimento nacional e forcem o governo a abandonar a tática de tergiversação que até agora caracterizou os seus atos".

Os presentes na reunião do Setor também aprovaram os seguintes encaminhamentos:

- Realizar Assembléias Permanentes para darmos respostas urgentes às demandas do Comando Nacional de Mobilização (CNM).
- As Associações de Docentes devem enviar representantes para o CNM.
- Manutenção do indicativo de greve
- Formação do comando pró-negociação
- Cobrança do governo na agilização do processo de negociação.

Dia 19, haverá outra reunião do Setor das IFES.

Com informações do ANDES-SN

Dieese afirma: salário mínimo deveria ser R\$ 1.737,16

O salário mínimo do trabalhador brasileiro deveria ser de R\$ 1.737,16, com base no custo de vida em setembro, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Este valor, cerca de 4,5 vezes maior que os R\$ 380 do salário mínimo em vigência, cobriria os gastos de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, de acordo com o que determina a Constituição Brasileira.

Espaço Cultural

recomendo...

Filme: Estamira

Diretor: Marcos Prado

Gênero: Documentário

Duração: 115min

Quem viu? Rosane Ferreira de Oliveira, professora de Matemática na UFRRJ



Aos 63 anos, dona Estamira sofre distúrbios mentais e vive e trabalha no Aterro Sanitário de Jardim Gramacho há mais de 20 anos – local onde encontrou a socialização, amizade e respeito que nunca teve na vida. O documentário acompanha o tratamento de psiquiátrico de dona Estamira, atendida pela rede pública. O espectador percebe a mudança de comportamento dela, efeitos dos medicamentos que toma diariamente.

Em 2000, Marcos Prado - que realizava um trabalho fotográfico no aterro há seis anos -, encontrou Estamira pela primeira vez contemplando a paisagem do Gramacho. Pediu para tirar um retrato e ela consentiu, com a condição que depois ele sentasse ao seu lado para conversar. Prado se encantou com o discurso eloqüente, profético, filosófico, mas muito lúcido, daquela senhora diagnosticada como louca.

Fotógrafo e produtor de documentários consagrados como *Ônibus 174*, Marcos Prado estréia na direção, recebendo diversos prêmios internacionais. Dentre eles o Grande Prêmio dos Festivais Internacionais de Documentário de Marseille e de Direitos Humanos de Nuremberg.

www.estamira.com.br

no teatro

7 - O Musical tem autoria de Cláudio Botelho, Charles Möeller e músicas compostas por Ed Mota. Com cenário 'dark', reúne elementos de conhecidas histórias dos irmãos Grimm, especificamente Branca de Neve, sendo um verdadeiro tratado sobre a inveja, segundo seus criadores. No elenco: Zezé Motta, Ida Gomes, Alessandra Maestrini entre outras talentosas atrizes. Está em cartaz no Teatro João Caetano; quinta e sexta às 19h30, sábado às 20h e domingo às 18h. R\$40.

na estante

50 Contos de Machado de Assis, Ed. Cia das Letras, 2007, 488 páginas - Reúne textos famosos, mas também escolhas menos usuais. Seja você um aficionado pela obra de Machado ou apenas um entusiasta da boa literatura, a amplitude e sutileza destes escritos, o prazer que se extrai da maneira como as histórias são contadas e da observação de pequenos detalhes vão fazê-lo ler, reler e redescobrir o maior escritor brasileiro. Carlos Drummond de Andrade dizia que ler Machado de Assis era uma tentação permanente, quase como um vício a que tivesse de resistir.

no som

O novo cd de Maria Rita, intitulado *Samba Meu*, vem recheado músicas inéditas de grandes compositores, e teve a produção de Leandro Sapucahy. A cantora contou com a participação especial da Velha Guarda da Mangueira. Nas rádios, já toca a música de trabalho de Maria Rita, "Tá Perdoado", composta por Arlindo Cruz.

Centro de Arte e Cultura da UFRRJ abre as suas portas para a comunidade

A comunidade universitária e os moradores de Seropédica e de adjacências podem inscrever-se no Centro de Arte e Cultura da UFRRJ para aulas como desenho, pintura, gravura, escultura, dentre outras atividades artísticas. O CAC da UFRRJ é Coordenado por Fábio de Macedo, professor adjunto de Desenho e Plástica do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. As inscrições e as atividades do CAC são inteiramente GRATUITAS. Para outras informações: (21) 2682-1113.

no centro cultural

«Lusa-matriz portuguesa» Cerca de 40 tesouros nacionais de Portugal, entre eles um guerreiro em granito e um colar de ouro celtas, serão exibidos pela primeira vez no Brasil na exposição, que será inaugurada dia 12 de Outubro. 165 peças de 43 instituições lusitanas estarão no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), no Rio de Janeiro, até 10 de Fevereiro de 2008, para assinalar o início das comemorações dos 200 anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil. Esta mostra é a terceira parte de uma trilogia sobre formação étnica, criada pelo CCBB: «Arte da África», «Antes - Histórias da Pré-História» e que prossegue, agora, com o elemento português na formação da cultura brasileira. Esta exposição constitui uma imersão nas origens de Portugal, desde a pré-História até 1500, abordando os povos antigos, o domínio romano, a presença cristã, judaica e árabe, o período de formação das fronteiras do país, até ao apogeu da era dos descobrimentos marítimos.



Memória do Movimento Docente

Você tem alguma fotografia que retrate os últimos anos do Movimento Docente? Que tal compartilhá-la conosco?



Entre em contato pelo e-mail:
imprensa@adur-rj.org.br

Professor, envie suas sugestões e dicas culturais para o *ADUR Informa*.

Contato: imprensa@adur-rj.org.br